



CIRCULAR nº. 20/2010

27 de Setembro de 2010

Assunto: Regras de procedimento para transporte de peças, acessórios e ferramentas em serviços de manutenção e assistência técnica

Caro Associado,

Alguns dos nossos associados têm sido abordados e autuados pelas autoridades fiscalizadoras, devido a incumprimentos de formalidades enquanto transportam mercadorias e ferramentas destinadas a uso próprio em montagens e em assistências técnicas.

Nesse sentido, a Comissão de Instaladores da APIRAC analisou o assunto, tendo decidido que se consultasse a Direcção de Serviços de IVA (DSIVA), o que foi feito através do Departamento Técnico, no sentido de se obter uma informação vinculativa que esclarecesse as dúvidas de alguns dos nossos associados.

As questões colocadas à DSIVA foram as seguintes:

1ª Questão:

Qual a documentação necessária para acompanhar as ferramentas utilizadas diariamente pelos funcionários das empresas do sector nas operações de assistência a instalações técnicas, normalmente transportadas nas viaturas das empresas? No caso de ser necessário preencher uma guia de transporte da empresa, poderá essa guia ser válida por um certo número de dias? Este pormenor é pertinente pelas seguintes razões:

- a) O conjunto de ferramentas é normalmente bastante numeroso e atribuído ao funcionário da empresa para a utilização regular e permanente nas suas deslocações às instalações clientes;
- b) A situação prevista em a), mas, incorporando pontualmente ferramentas específicas para intervenções que requerem algo mais do que o tradicional nas operações de rotina;
- c) Na maioria dos casos, não existe a formalização da atribuição de ferramentas por funcionário, verificando-se o sistema de levantamento de ferramentas em função das necessidades diárias.

2ª Questão:

Igual questão se coloca quanto às peças de substituição que normalmente são utilizadas diariamente nas voltas de rotina, destinadas à reparação e manutenção das instalações técnicas na morada do cliente. Como proceder quanto à documentação que acompanha as peças de substituição? Poderá também aqui essa documentação ter validade para um certo número de dias? Colocamos alguns cenários para melhor leitura:

- a) É atribuído ao funcionário um conjunto de peças de substituição para as suas intervenções de rotina, cujo consumo nas instalações clientes não é previsível antecipadamente, não se verificando diariamente a sua reposição, colocando-se o funcionário numa situação desconfortável perante um agente de autoridade pelo facto de o descritivo não corresponder exactamente ao inventário físico da viatura de transporte;
- b) A situação prevista em a), mas agravada por uma deslocação superior a um dia, inviabilizando a reposição diária dos materiais, constantes no documento de transporte.

Em resposta ao nosso pedido, a DSIVA respondeu com uma informação vinculativa, sancionada por Despacho de 2010-07-15 do Sr. Director Geral, que se junta a esta circular. Desde já, recomendamos aos nossos Associados que juntem esta informação vinculativa da DSIVA à documentação das viaturas, de modo que seja exibida quando se verificar abordagem por parte das autoridades fiscalizadoras.

Segundo a DSIVA, de acordo com a alínea b) do n.º1 do art.º 2º do Regime de Bens em Circulação (RBC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 147/2003, 11 de Julho, "Consideram-se documentos de transporte: Factura; Guia de Remessa; Venda a Dinheiro; Nota de Devolução; Guia de Transporte ou documentos equivalentes".

Da conclusão apurada pela DSIVA nos pontos 15., 16. e 17. do ponto IV – CONCLUSÃO da informação vinculativa, permitimo-nos resumir o seguinte:

- a) Para o transporte de ferramentas basta aos funcionários fazerem acompanhar as ferramentas de um documento da empresa comprovativo da natureza e quantidade desses bens, sua proveniência e destino;
- b) Quanto ao transporte de peças de substituição, dado tratar-se de bens sem destinatário específico, o transportador desses bens deve munir-se de uma guia de transporte global da empresa, onde devem constar todos os elementos impostos pelo RBC (local de carga, quantidade, etc). Por cada saída de material, o pessoal deve descarregar a sua entrega em documento próprio, em duplicado;



- c) Por último, não existe, em termos legais, qualquer limite temporal entre a data de início do transporte e o seu fim, pelo que a guia de transporte global e os subsequentes documentos comprovativos de entrega ou incorporação de peças de substituição, que devem ser passados em duplicado, não se encontram limitados a um dia apenas, podendo englobar um período, por exemplo, semanal.

Com os melhores cumprimentos,

A DIRECÇÃO

Anexo: Ofício Nº 3574 e respectiva Informação Vinculativa

SIMPLES
NACIONAL

INVÓLUCRO
MENSAGEM

AUTORIZAÇÃO
Nº DE00102009KAM4
DOS CTT CORREIOS NO
SERVIÇO NACIONAL

R
CORREIO
REGISTADO



TAXA PAGA
PORTUGAL
CABO RUIVO

Em caso de Devolução, remeter a

DIRECÇÃO DE SERÇOS DE IVA
AV. JOÃO XXI, 76 - 3º APARTADO 8143
1049 LISBOA



RY145630145PT



APIRAC ASSOC PORT DA INDUSTRIA DE REFRIGERACAO E AR CONDICIO
R DO ALECRIM 53 2
LISBOA

1200-014 LISBOA

Nº Ofício: 3574

Data de emissão: 2010-07-20

Assunto: Pedido de Informação Vinculativa - Resposta

Nº Pedido: 854 Data de apresentação: 2010-05-04 Área Tributária: IVA

Identificação do Sujeito Passivo

NIF: 500909334 Nome: APIRAC ASSOC PORT DA INDUSTRIA DE REFRIGERACAO E AR CONDICIO

Fica por este meio notificado que a informação vinculativa respeitante ao pedido supra referenciado foi sancionada por despacho de 2010-07-15 do Sr. Director Geral. Pode consultar a mesma no endereço www.portaldasfinancas.gov.pt.

Com os melhores cumprimentos,

O Director de Serviços,

Maria Emília Alves Pimenta

Maria Emília Alves Pimenta

Informação

I - MOTIVOS DO PEDIDO

1. A Associação acima indicada, face a alguns dos seus associados terem sido abordados e autuados pelas autoridades fiscalizadoras, devido a incumprimentos de formalidades enquanto transportam mercadorias e ferramentas, vem expor e solicitar o seguinte:

1.1 Quando os seus associados efectuem operações de assistência a instalações técnicas, os seus funcionários têm necessidade de transportar diariamente, nos veículos da empresa, ferramentas utilizadas para esses fins, que variam consoante o tipo de operações em causa, e cujo conjunto é normalmente bastante numeroso, pelo que vem questionar qual a documentação necessária para fazer esse transporte de ferramentas.

1.2 Nessas deslocações às instalações técnicas dos clientes, os funcionários transportam, também, diversas peças, vulgarmente denominadas por peças de substituição, que podem, ou não, ser utilizadas numa determinada assistência técnica, e podem, inclusivamente, não ser utilizadas no dia em que foram colocadas na viatura, mas sim no dia ou nos dias seguintes. Por este motivo vem questionar qual o documento ou documentos necessários para transportar essas peças de substituição, e se os documentos são válidos para mais do que um dia.

II - ENQUADRAMENTO FACE AO REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO

2. O Regime de Bens em Circulação, aprovado pelo Decreto-Lei 147/2003, de 11 de Julho, doravante designado por RBC, estabelece as normas que devem ter os documentos de transporte que devem acompanhar os bens em circulação objecto de transacções entre sujeitos passivos de IVA, designadamente quanto à obrigatoriedade e requisitos.

3. Nos termos do artigo 1º do RBC: "Todos os bens em circulação, em território nacional, seja qual for a sua natureza ou espécie, que sejam objecto de operações realizadas por sujeitos passivos de imposto sobre o valor acrescentado deverão ser acompanhados de documentos de transporte processados nos termos do presente diploma."

4. Por sua vez o nº 1 do artigo 6º do mesmo regime refere que "Os documentos de transporte são processados pelos sujeitos passivos referidos na alínea a) do nº 1 do artigo 2º do Código do IVA e pelos detentores dos bens e antes do início da circulação nos termos do nº 2 do artigo 2º do presente diploma." (sublinhado nosso).

5. A alínea b) do nº 1 do artigo 2º do RBC refere quais os documentos de transporte: "Consideram-se documentos de transporte a factura, guia de remessa, nota de venda a dinheiro, nota de devolução, guia de transporte ou documentos equivalentes."

6. Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 2º do RBC "Consideram-se «bens em circulação» todos os que se encontrem fora dos locais de produção, fabrico, transformação, exposição, dos estabelecimentos de venda por grosso e a retalho ou de armazém de retém, por motivo de transmissão onerosa, incluindo a troca, de transmissão gratuita, de devolução, de afectação a uso próprio, de entrega à experiência ou para fins de demonstração, ou de incorporação em prestações de serviços, de remessa à consignação ou de simples transferência, efectuadas pelos sujeitos passivos referidos no artigo 2.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado".

7. Encontram-se excluídos daquele diploma, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 3º do RBC os "bens pertencentes ao activo imobilizado".

8. Refere, ainda, o nº 6 do artigo 4º do RBC que:

"Os documentos de transporte, quando o destinatário não seja conhecido na altura da saída dos bens dos locais referidos no nº 2 do artigo 2º, são processados globalmente, devendo proceder-se do seguinte modo à medida que forem feitos fornecimentos:

- a) No caso de entrega efectiva de bens, devem ser processados, em duplicado, utilizando-se o duplicado para justificar a saída dos bens;
- b) No caso de saída de bens a incorporar em serviços prestados pelo remetente dos mesmos, deve a mesma ser registada em documento próprio, nomeadamente folha de obra ou qualquer outro documento equivalente."

9. O nº 7 do artigo 4º do RBC impõe que "Nas situações referidas nas alíneas a) e b) do número anterior, deve sempre fazer-se referência ao respectivo documento global."

III - APRECIACÃO

10. Em primeiro lugar, conforme se constata do diploma em apreço, designadamente da alínea c) do nº 1 do artigo 3º, o transporte de ferramentas encontra-se excluído do âmbito deste Regime de Bens em Circulação, pelo que não carece de acompanhamento de documentos de transporte.

11. No entanto, uma vez que nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 3º do RBC pode ser exigida prova da sua proveniência e destino, torna-se conveniente que os funcionários que transportam as ferramentas sejam detentores de qualquer documento comprovativo da natureza e quantidade dos bens, sua proveniência e destino.

12. Quanto ao transporte de bens sem destinatário específico ou sem conhecimento prévio dos bens que vão ser incorporados em cada local de destino (como, por exemplo, as peças de substituição), pode o sujeito passivo emitir um documento de transporte global, conforme dispõe o nº 6 do artigo 4º daquele Regime.

13. Nessa situação (emissão de documento global), no sentido de justificar os fornecimentos que forem sendo feitos, deve ter-se em atenção o disposto nas alíneas a) e b) daquele nº 6 do artigo 4º, ou seja, deve processar um documento, em duplicado, onde é feita a referência ao documento global, nos termos do nº 7 do referido artigo, utilizando o duplicado para justificar a saída dos bens, de modo a que os bens em circulação sejam os elencados no documento global, menos os referidos nos documentos processados.

14. Quanto à validade dos documentos de transporte, não existe, em termos legais, qualquer limite temporal entra a data do início do transporte e o seu fim, conforme esclarece o Ofício-Circulado nº 91.919, de 1987-10-21, da ex-Direcção de Serviços de Controle.

IV - CONCLUSÃO

15. Concluindo, o transporte de ferramentas pelos funcionários que efectuam operações de assistência a instalações técnicas, encontra-se excluído do âmbito do Regime de Bens em Circulação, pelo que não carece de acompanhamento de documentos de transporte. Apenas se mostra conveniente que os funcionários que transportam essas ferramentas sejam detentores de qualquer documento comprovativo da natureza e quantidade desses bens, sua proveniência e destino.

16. Quanto ao transporte de peças de substituição, e dado que se trata de transporte de bens sem destinatário específico ou sem conhecimento prévio dos bens que vão ser incorporados em cada local

de destino, o transportador desses bens deve ter na sua posse uma guia de transporte global, onde os referidos bens devem constar com todos os elementos impostos pelo RBC (local de carga, quantidade, etc.). Posteriormente, após a inclusão dos mesmos nas várias instalações técnicas dos clientes, deve registar a saída desses bens em documento próprio, processado em duplicado, para que, deste modo, o transporte das peças de substituição remanescentes esteja correctamente acompanhado de documento de transporte, uma vez que é o resultante da diferença entre a relação inicial, constante da guia de transporte global, e os duplicados dos documentos que comprovam a incorporação nas várias assistências técnicas.

17. Por último, não existe, em termos legais, qualquer limite temporal entra a data do início do transporte e o seu fim, pelo que a guia de transporte global e os subsequentes duplicados comprovativos da incorporação das peças de substituição não se encontram limitados a um dia apenas, podendo englobar um período, por exemplo, semanal.

Parecer de Subdirector-Geral

Concordo. À consideração do Senhor Director-Geral.

Despacho de Director Geral

Concordo

O Director de Serviços de IVA


(Maria Emília Alves Pimenta)